

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:
O cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Desempenho nos Negócios (Em milhares de Reais)
Em 31 de dezembro de 2017, o Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A apresentou lucro no exercício de R\$ 74.561, contra um lucro de R\$ 82.970 apresentado do exercício de 2016.

O total de ativos atingiu R\$ 20.720.802 (2016 - R\$ 17.746.864) e o patrimônio líquido no final do exercício foi de R\$ 1.453.451 (2016 - R\$ 1.384.673).

Agência de Rating
A agência internacional Standard & Poor's atribuiu ao Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A os ratings de contraparte de longo e curto prazo "brAA-/ brA-1+" na Escala Nacional Brasil.

Ouidoria
Atendendo aos normativos do Banco Central do Brasil, foi estabelecido um componente organizacional

de Ouidoria que tem um Diretor Responsável que também é o Ouidor, nos termos da lei, cuja finalidade é de assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e de atuar com um canal direto de comunicação que visa prestar atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas pelo atendimento habitual realizado pelas agências ou gerentes, inclusive na mediação de conflitos.

São Paulo, 12 de março de 2018 A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS

em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2017	2016
Circulante		19.291.561	14.624.879
Disponibilidades	4	19.776	10.845
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	4.243.752	4.104.040
Aplicações em operações compromissadas		4.193.960	3.174.367
Aplicações em depósitos interfinanceiros		23.331	-
Aplicações em moedas estrangeiras		26.461	929.673
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	2.182.785	1.274.723
Carteira própria		236.958	113.814
Vinculados a compromissos de recompra		155.121	-
Instrumentos financeiros derivativos	19	102.769	358.154
Vinculados a prestação de garantias		1.687.937	802.755
Relações interfinanceiras		3.241	30.837
Créditos vinculados:			
Depósitos no Banco Central		2.689	30.369
Correspondentes		552	468
Operações de crédito	7	596.601	609.605
Operações de crédito:			
Sector privado		606.985	611.809
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(2.204)	(2.204)
Outros créditos	13a	12.240.470	8.589.874
Carteira de câmbio		12.206.532	8.567.361
Rendas a receber		3.793	9.938
Negociação e intermediação de valores		1.258	12.203
Diversos	8	29.542	1.379
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	7	(655)	(1.007)
Outros valores e bens		4.936	4.955
Despesas antecipadas		4.936	4.955
Não Circulante		1.365.503	3.058.961
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	951.418	2.497.290
Carteira própria		394.000	284.961
Instrumentos financeiros derivativos	19	175.991	448.911
Vinculados a prestação de garantias		381.427	1.763.418
Operações de crédito	7	97.663	205.245
Operações de crédito:			
Sector privado		99.695	206.733
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(2.032)	(1.488)
Outros créditos	13a	316.103	355.439
Carteira de câmbio		7.852	7.121
Diversos	8	308.251	348.318
Outros valores e bens		319	887
Despesas antecipadas		319	887
Permanente	9	63.738	63.124
Investimentos		196	196
Outros investimentos		(195)	(195)
Provisão para perdas		27.671	33.318
Imobilizado de uso		34.831	30.457
Imóveis de uso		29.058	33.927
Outras imobilizações de uso		(36.218)	(31.066)
Depreciações acumuladas		36.066	29.805
Ativo Intangível		56.158	54.573
Ativos intangíveis		(32.092)	(24.768)
Amortização acumulada		20.720.802	17.746.864

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Passivo	Nota	2017	2016
Circulante		18.901.889	15.549.027
Depósitos	11	3.041.236	2.507.101
Depósitos à vista		49.166	90.079
Depósitos a prazo		2.971.335	2.396.872
Obrigações por operações compromissadas	11	138.873	-
Carteira própria		138.873	-
Recursos de aceites e emissão de títulos	11	-	38.130
Obrigações por emissão de letras financeiras		-	38.130
Relações interfinanceiras		-	4
Recebimentos e pagamentos a liquidar		-	4
Relações interdependências		38.313	20.269
Recursos em trânsito de terceiros		38.313	20.269
Obrigações por empréstimos	12	2.960.133	3.511.220
Empréstimos no exterior		2.960.133	3.511.220
Obrigações por repasses do país - instituições oficiais	12	114.852	95.717
BNDES		23.483	55.710
Finame		11.024	7.904
Outras instituições oficiais		80.345	32.103
Obrigações por repasses do exterior	12	222.197	209.470
Repasses do exterior		222.197	209.470
Instrumentos financeiros derivativos	19	453.393	459.858
Instrumentos financeiros derivativos		453.393	459.858
Outras obrigações		11.952.892	8.707.278
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		1.177	570
Carteira de câmbio	13b	11.726.765	8.370.653
Sociais e estatutárias		2.569	1.711
Fiscais e previdenciárias	14	121.320	119.362
Negociação e intermediação de valores		24.134	120.210
Diversas	17	77.927	94.772
Passivo Não Circulante		364.118	812.364
Obrigações por operações compromissadas	11	15.176	-
Carteira própria		15.176	-
Obrigações por repasses do país - instituições oficiais	12	22.283	80.991
BNDES		2.530	28.008
Finame		19.753	19.143
Outras instituições oficiais		-	33.840
Obrigações por repasses do exterior	12	-	20.317
Repasses do exterior		-	20.317
Instrumentos financeiros derivativos	19	192.249	584.592
Instrumentos financeiros derivativos		192.249	584.592
Outras obrigações		134.410	126.464
Carteira de câmbio	13b	5.877	7.457
Diversas	17	128.533	119.007
Resultado de exercícios futuros		1.344	800
Patrimônio líquido	18	1.453.451	1.384.673
Capital social		853.071	853.071
De domiciliados no País		4.445	4.445
De domiciliados no exterior		848.626	848.626
Reservas de capital		5.103	5.103
Reservas de lucros		604.013	533.878
Ajustes de avaliação patrimonial		(4.682)	(3.122)
Ações em tesouraria		(4.054)	(4.054)
Total do passivo e patrimônio líquido		20.720.802	17.746.864

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2º semestre	Exercício
		2017	2016
Receitas da intermediação financeira		396.933	741.442
Operações de crédito		50.966	79.300
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		314.323	647.308
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(41.103)	(40.581)
Resultado de operações de câmbio		72.747	55.115
Despesas da intermediação financeira		(236.193)	(432.635)
Operações de captação no mercado		(112.953)	(254.222)
Operações de empréstimos e repasses		(113.877)	(170.041)
Resultado de operações de câmbio		-	(97.093)
Reversão de provisão para crédito de liquidação duvidosa		(9.363)	(8.372)
Resultado bruto de intermediação financeira		160.740	308.807
Outras receitas (despesas) operacionais		(66.162)	(157.226)
Receitas de prestação de serviços	24e	17.832	33.443
Rendas de tarifas bancárias	24a	515	1.076
Despesas de pessoal	24a	(68.986)	(132.786)
Outras despesas administrativas	24b	(31.538)	(67.199)
Despesas tributárias		(8.543)	(19.967)
Outras receitas operacionais	24c	28.704	42.700
Outras despesas operacionais	24d	(4.146)	(14.493)
Resultado operacional		94.578	151.582
Resultado não operacional		(4)	329
Resultado antes da tributação sobre o lucro		94.574	151.910
Imposto de renda e contribuição social		(49.648)	(77.349)
Provisão para imposto de renda		(17.584)	(21.072)
Provisão para contribuição social		(14.400)	(17.200)
Ativo fiscal diferido - Impostos e contribuições		(17.664)	(39.077)
Lucro líquido do semestre/exercício		44.926	74.561
Lucro líquido por lote de mil ações (por lote de mil ações)		4.331.521	4.331.521
Lucro líquido por lote de mil ações - RS		10,37	17,21

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2017 (Em milhares de Reais)

	2º semestre	Exercício
	2017	2016
Caixa gerado nas atividades operacionais	58.433	58.296
Lucro líquido do semestre/exercício	44.926	74.561
Ajustes ao lucro líquido:	25.946	60.228
(Reversão)/Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	353	(322)
(Reversão) de provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(36)	(352)
Depreciações e amortizações	6.520	12.675
Constituição de provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	1.044	8.606
Constituição de provisão atuarial	-	(1.570)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (Diferido)	17.664	39.077
Variação nos resultados de exercícios futuros	401	544
Variação nos resultados de exercícios futuros	(6.739)	(13.290)
Variação nos ativos operacionais:	(11.118,170)	(2.914,528)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(244,577)	(107,001)
Redução em títulos e valores mobiliários e derivativos	236,265	636,250
(Aumento)/Redução em relações interfinanceiras e interdependências	70,922	45,636
(Aumento)/Redução em operações de crédito	(75,707)	120,908
(Aumento) em outros créditos e outros valores e bens	(1,105,731)	(3,610,321)
Variação nos passivos operacionais:	1,105,731	2,838,033
Aumento em depósitos	148,209	534,136
(Redução)/Aumento em captações no mercado aberto	147,589	154,049
(Redução)/Aumento em obrigações por emissão de letras financeiras	-	(38,130)
(Redução)/Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	192,124	(598,230)
(Redução) em instrumentos financeiros derivativos	(365,488)	(418,808)
Aumento em outras obrigações	983,297	3,205,016
Caixa utilizado nas atividades de investimentos	(6.739)	(10,010)
Alienação de imobilizado de uso	18,942	24,686
Aquisição de imobilizado de uso	(8,328)	(19,144)
Aplicação no intangível	(17,353)	(18,832)
Caixa utilizado nas atividades de financiamentos	(1,677)	(3,364)
Dividendos pagos	(1,677)	(3,364)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	50,017	41,642
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	3,168,276	3,176,651
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	3,218,293	3,218,293
Aumento/(Redução) do caixa e equivalentes de caixa	50,017	41,642

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUDAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2017 (Em milhares de Reais)

Saldo em 31 de dezembro de 2015	Capital Social	Reservas de capital		Reservas de lucro		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total
		Ágio por subscrição de ações	Outras reservas de capital	Legal	Estatutária				
853.071	4.947	156	31.133	424.271	(2.343)	-	(4.054)	1.307.181	
-	-	-	-	(1.083)	304	-	-	(1.083)	
-	-	-	-	-	3	-	-	3	
-	-	-	4.149	-	-	-	(4.149)	-	
-	-	-	-	-	-	-	(4.702)	(4.702)	
-	-	-	-	74.119	-	-	(74.119)	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	853.071	4.947	156	35.282	498.393	(3.122)	-	1.384.673	
853.071	4.947	156	35.282	498.393	(3.122)	-	(4.054)	1.384.673	
-	-	-	-	903	-	-	-	903	
-	-	-	-	-	(2.463)	-	-	(2.463)	
-	-	-	-	-	-	-	74.561	74.561	
-	-	-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	3.728	-	-	-	(3.728)	-	
-	-	-	-	-	-	-	(4,226)	(4,226)	
-	-	-	-	66.607	-	-	(66,607)	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	853.071	4.947	156	39.010	565.003	(4.682)	-	1.453.451	
853.071	4.947	156	39.010	565.003	(4.682)				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

8. Outros créditos - Diversos

	2017	2016
Devedores por depósito em garantia	235.220	221.448
Adiantamentos e antecipações salariais	270	223
Créditos tributários s/ diferenças temporárias (vide Nota Explicativa nº 21)	47.709	61.045
Créditos tributários s/ MTM títulos disponíveis para venda (vide Nota Explicativa nº 21)	-	463
Impostos e contribuições a compensar	26.929	65.362
Títulos e créditos a receber (com característica de operação de crédito)	27.508	-
Devedores diversos - país	16	1.062
Pagamentos a ressarcir	138	92
Outros	3	2
Total Geral	337.793	349.697

9. Ativo permanente
a. Imobilizado de uso:

	Custo		Depreciação acumulada		Valor líquido	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Terenos	1.416	1.416	-	-	1.416	1.416
Edificações	33.415	29.041	18.912	16.690	14.503	12.351
Instalações, móveis e equipamentos de uso	7.201	7.286	3.729	3.226	3.472	4.060
Sistema de processamento de dados	16.083	17.996	9.856	7.836	6.227	10.160
Sistemas de transporte	1.208	871	882	844	326	27
Sistema de segurança	3.264	3.222	1.603	1.306	1.661	1.916
Sistema de comunicação	1.289	1.247	1.236	1.164	53	83
Imobilizações em curso	13	3.305	-	-	13	3.305
Total Geral	63.889	64.384	36.218	31.066	27.671	33.318

b. Ativos intangíveis:

	Custo		Amortização acumulada		Valor líquido	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares	55.960	49.129	32.092	24.768	23.868	24.361
Em curso	12.198	5.444	-	-	12.198	5.444
Total Geral	68.158	54.573	32.092	24.768	36.066	29.805

(*) Implantação de novos sistemas.
10. Transações com partes relacionadas

Para o Banco, partes relacionadas são definidas como sendo o The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd (controlador) e dependências, acionistas, empresas a eles ligadas, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares.

	2017		2016	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Disponibilidades em moedas estrangeiras	19.272	(45.355)	10.326	9.411
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - New York	11.664	-	-	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - London	3.928	-	741	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - Tokyo	3.420	-	9.318	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - Hong Kong	177	-	211	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - Mexico	46	-	56	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - Singapore	17	-	-	-
Bank of Ayudhya Public Company Limited - variação cambial	-	(45.355)	-	9.411
Aplicações interfinanceiras de liquidez em M/E	26.461	(13.394)	929.673	11.067
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - New York	26.461	(13.394)	929.673	11.067
- juros	-	756	-	459
- variação cambial	-	(14.150)	-	10.608
Operações de Swap	2.160	155	1.952	(6.651)
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - New York	2.160	155	1.952	(6.651)
- rendas de operações com derivativos	-	6.100	-	12.071
- despesas de operações com derivativos	-	(5.945)	-	(17.722)
Depósito à vista	(4.858)	-	(4.473)	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - Tokyo	(4.858)	-	(4.473)	-
Obrigações por empréstimos e repasses	(3.177.330)	(160.471)	(3.740.987)	708.856
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - New York	(2.808.288)	(157.427)	(3.740.987)	708.856
- juros	-	(47.999)	-	(35.171)
- variação cambial	-	(109.428)	-	744.027
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - Tokyo	(369.042)	(3.044)	-	-
- juros	-	(429)	-	-
- variação cambial	-	(2.615)	-	-
Dividendos a pagar	(2.538)	-	(1.687)	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - Tokyo	(2.538)	-	(1.687)	-
Prestação de serviços (Recebimentos e Pagamentos)	3.008	47.546	(13.366)	19.560
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - New York	3.012	47.057	(13.362)	19.381
- Recebimentos	3.277	23.317	9.551	29.109
- Provisão e reversão de provisão de pagamentos	(265)	23.740	(22.913)	(9.728)
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - Tokyo	(4)	(39)	(4)	(48)
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - Leasing and Finance	-	528	-	227

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração: Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária dos acionistas realizada em 26 de abril de 2017 foi estabelecido os honorários anuais globais da Diretoria e do Conselho Consultivo tendo por limite o valor máximo de R\$ 20.196 a serem distribuídos entre os Diretores e Conselheiros.

	2º Semestre		Exercício	
	2017	2016	2017	2016
Remuneração fixa	4.031	7.547	17.540	17.540
Remuneração variável	3.079	5.581	5.257	5.257
Total Geral	7.110	13.228	12.805	12.805

O pagamento de remuneração variável aos administradores está de acordo com a Resolução CMN nº 3.921/2010, sendo então diferido no período de, no mínimo três anos, e estabelecido em função dos riscos e da atividade do administrador. A quantidade de ações mantidas pela Diretoria é de 16.818 ações (2016 - 10.618), que representam 0,00243743% da totalidade. O Banco não possui benefícios pós-emprego e nem de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho para o pessoal-chave da Administração. **b. Outras informações:** Conforme legislação em vigor, o Banco não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para: • Diretores bem como aos seus respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau; • Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; • Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%; o próprio Banco, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau; e • Acionista controlador do Banco. Dessa forma, não são efetuados pelo Banco empréstimos e adiantamentos a quaisquer entes e pessoas acima listadas. Nota: O Banco não possui Conselhos Administrativos e Fiscais.

11. Depósitos e captações

	Sem vencimento		Até 90 dias		De 91 a 365 dias		Acima de 365 dias		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
À Vista	49.166	20.735	-	-	-	-	49.166	20.735	49.166	20.735
Interfinanceiros	-	356.363	759.826	1.855.146	2.971.335	1.544.049	-	-	2.971.335	1.544.049
A prazo (*)	-	-	138.873	15.176	154.049	-	-	-	154.049	-
Operações compromissadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Geral	49.166	377.098	898.699	1.870.322	3.195.285	1.544.049	49.166	20.735	3.195.285	1.544.049

	Sem vencimento		Até 90 dias		De 91 a 365 dias		Acima de 365 dias		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
À Vista	90.079	20.150	-	-	-	-	90.079	20.150	90.079	20.150
Interfinanceiros	-	718.403	690.120	988.349	2.396.872	1.216.250	-	-	2.396.872	1.216.250
A prazo (*)	-	-	38.130	-	38.130	-	-	-	38.130	-
Letras financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Geral	90.079	738.553	728.250	988.349	2.545.231	1.216.250	90.079	20.150	2.545.231	1.216.250

(*) São classificados no Balanço Patrimonial no Passivo Circulante devido às características de liquidez.

12. Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses referem-se a captações em moeda estrangeira e são atualizadas pela variação cambial acrescida da "spread".

	2017		2016	
	2017	2016	2017	2016
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - New York	2.808.288	3.740.987	-	-
Financiamento de operação de comércio exterior e outras obrigações em moeda estrangeira, com vencimento até abril de 2018	2.586.091	2.325.578	-	-
Captação externa na forma da Resolução CMN nº 3.844, com vencimento até novembro de 2018	222.197	229.787	-	-
Captação externa na forma da Resolução CMN nº 3.844 "hedge accounting" - vide Nota Explicativa nº 20	-	-	-	1.185.622
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - Tokyo	369.042	-	-	-
Financiamento de operação de comércio exterior, com vencimento até abril de 2018	369.042	-	-	-
Barclays Bank Plc, London - London	5.000	-	-	-
Outras obrigações em moeda estrangeira, com vencimento até janeiro de 2018	5.000	-	-	-
Instituições oficiais - BNDES e FUNCAFE	137.135	176.708	-	-
Repasses no país com vencimento até agosto de 2027	137.135	176.708	-	-
Total Geral	3.319.465	3.917.695	-	-

13. Carteira de câmbio
a. Outros créditos - Ativo:

	2017		2016	
	2017	2016	2017	2016
Câmbio comprado a liquidar	6.449.035	4.019.648	-	-
Direitos sobre venda de câmbio	5.771.011	4.554.494	-	-
Adiantamento em moeda nacional recebidos	(7.528)	(990)	-	-
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	1.866	1.330	-	-
Total Geral	12.214.384	8.574.482	-	-

b. Outras obrigações - Passivo:

	2017		2016	
	2017	2016	2017	2016
Câmbio vendido a liquidar	5.836.039	4.398.936	-	-
Obrigações por compras de câmbio	6.371.369	4.254.221	-	-
Adiantamento sobre contratos de câmbio	(474.766)	(275.154)	-	-
Rendas a apropriar de adiantamentos concedidos	-	-	-	107
Total Geral	11.732.642	8.378.110	-	-

14. Fiscais e previdenciárias

	2017		2016	
	2017	2016	2017	2016
Provisão de IR e CSLL	38.272	55.377	-	-
Provisão de IR e CSLL diferido (vide Nota Explicativa nº 21)	75.960	51.958	-	-
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	185	211	-	-
Impostos e contribuições sobre salários	3.507	3.126	-	-
Outros impostos (Federais)	3.302	8.618	-	-
Outros impostos (Municipais)	94	72	-	-
Total Geral	121.320	119.362	-	-

15. Ativos e passivos relacionados a contingências trabalhistas, cíveis e fiscais

As provisões para passivos contingentes e fiscais são reconhecidas nas demonstrações financeiras na rubrica "Outras Obrigações - Diversas" quando, baseado na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, independentemente de existirem depósitos judiciais. As obrigações legais decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras. Os depósitos judiciais estão registrados em "Outros créditos - Diversos". As provisões trabalhistas referem-se a ações ajuizadas pelos ex-funcionários e prestadores de serviços. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando características individuais de cada ação. Não tivemos ativos contingentes a serem reconhecidos na data-base.

	Exercício 2017			
	Saldo inicial	Adição à utilização	Reversão	Saldo final
Trabalhistas	15.198	5.223	(3.792)	16.629
Cíveis	20.127	2.569	-	22.696
Fiscais	115.417	6.655	(39)	122.033
IR/CSLL (i)	43.713	1.845	-	45.558
COFINS (ii)	69.872	4.566	-	74.438
ISS	1.353	201	(39)	1.515
Outros	479	43	-	522
Total Geral	150.742	14.447	(3.831)	161.358

	Exercício 2016			
	Saldo inicial	Adição à utilização	Reversão	Saldo final
Trabalhistas	7.968	8.964	(1.734)	15.198
Cíveis	18.440	1.795	(108)	20.127
Fiscais	107.915	7.532	(30)	115.417
IR/CSLL (i)	41.260	2.453	-	43.713
COFINS (ii)	64.900	4.972	-	69.872
ISS	1.299	84	(30)	1.353
Outros	456	23	-	479
Total Geral	134.323	18.291	(1.872)	150.742

(i) Refere-se, principalmente, a obrigação legal relativa à discussão judicial relacionada à cobrança de IRPJ e CSLL, decorrente das rendas a apropriar de operações de crédito em liquidação de exercícios anteriores.

O Banco aderiu ao programa instituído pela Lei 11.941/09 (Programa REFIS) desistindo da discussão judicial. Todavia essa discussão ainda não foi transitada em julgado, portanto, não houve impacto contábil. (ii) Refere-se à obrigação legal relativa ao tributo de COFINS onde o Banco discute a Lei 9.719/98. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos o risco de perda para tal processo é possível. (iii) O saldo de depósitos inclui, também, os depósitos para ser avaliados como passível ou remoto de perda. Existem outros processos de natureza cíveis, fiscais e trabalhistas avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, atualizado no montante de R\$ 130.158 (2016 - R\$ 93.400) para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, e são compostos basicamente pelos seguintes casos:

- Ações trabalhistas - R\$ 52.000 (2016 - R\$ 20.000);
- As contingências classificadas como possíveis são baseadas nas análises dos assessores jurídicos responsáveis pela condução dos casos. • Devolução de valores de IR, CSLL, PIS e COFINS - R\$ 33.300 (2016 - 31.000);

Trata-se de Mandado de Segurança impetrado com o objetivo de assegurar o direito do Banco não ser compelido ao recolhimento do IRPJ, da CSLL, do PIS e da COFINS sobre os valores já recebidos e aqueles a serem recebidos a título de juros indenizatórios, por força dos débitos tributários reconhecidos nas ações ordinárias, especialmente administrativas a serem promovidas depois do encerramento do Mandado de Segurança ora impetrado.

- Compensação Artigo 74 Lei 9.430/96 e Lei 10.637/02 - COFINS (02/1998 a 12/2000) - R\$ 24.700 (2016 - R\$ 24.000);
- Trata-se de Mandado de Segurança para garantir o direito do Banco de proceder a compensação dos valores indevidamente recolhidos a título de COFINS no período de 02/99 a 12/2000, nos termos do artigo 74 da Lei nº 9.430/96, com redação dada pela Lei nº 10.637/200

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Valores Projetados a serem Reconhecidos no Resultado do Próximo Exercício

	2018	2017
Custo líquido com juros		
Juros sobre as obrigações	7.744	7.560
Juros (retorno) sobre os ativos do plano	(6.957)	(7.174)
Total de despesa reconhecida no Resultado do Exercício	787	386

Conforme Deliberação CVM nº 695 de 13 de dezembro de 2012, foi reconhecido no decorrer do 2º semestre de 2017 a remensuração de provisão, incluindo os custos de juros e contribuições da empresa, o montante de R\$ 4.279 registrado na conta de passivos atuariais que totalizou o montante de R\$ 7.869 (2016 - R\$ 3.590). Em 31 de dezembro de 2017 foram consideradas as seguintes premissas:

	2017	2016
Taxa de inflação	4,50% ao ano	5,00% ao ano
Taxa de desconto	10,00% ao ano	11,39% ao ano

Índice de reajuste de benefícios do Plano acima da inflação Próximos 5 anos: 5,55% ao ano 5,00% ao ano
O Banco é patrocinador de um plano de previdência complementar, Fitprev plano de benefícios de contribuição definida, administrado pelo Multipensões Bradesco fundo multipatrocinado de previdência privada, entidade fechada de previdência complementar, para seus funcionários e administradores admitidos após o fechamento do plano Previda, sendo que o valor da contribuição no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 2.569 (2016 - R\$ 3.054). As obrigações atuariais do plano Fitprev estão integralmente cobertas pelo patrimônio do plano.

24. Outras informações

a. Composição de despesas de pessoal:

	2º Semestre		Exercício	
	2017	2017	2016	2016
Despesas de honorários	7.110	13.228	12.805	
Despesas de pessoal - benefícios	5.446	10.721	10.204	
Despesas de pessoal - encargos sociais	16.713	31.928	33.331	
Despesas de pessoal - proventos (*)	38.980	75.780	78.022	
Despesas de pessoal - treinamento	737	1.129	744	
Total	68.986	132.786	135.106	

(*) Composto basicamente por salários, gratificações de função, férias, participação nos lucros e resultados, bônus por desempenho e 13º salário.

b. Composição de outras despesas administrativas:

	2º Semestre		Exercício	
	2017	2017	2016	2016
Despesas de amortização e depreciação	6.519	12.674	10.235	
Despesas de processamento de dados	6.393	12.409	11.480	
Despesas de serviços do sistema financeiro	5.591	10.917	10.578	
Despesas de serviços técnicos especializados				
(*) Vide Nota Explicativa nº 24 c.	2.328	10.303	14.427	
Despesas de viagens ao exterior	1.627	3.366	2.816	
Despesas de serviços de terceiros	1.453	2.748	2.193	

Despesas de alugueis
Despesas de serviços de vigilância e segurança
Despesas de comunicação
Despesas de manutenção e conservação de bens
Despesas de água, energia e gás
Despesas de viagens no país
Outras despesas

Total Geral

c. Composição de outras receitas operacionais:

2º Semestre		Exercício	
2017	2017	2016	2016
Recuperação de provisão assessoria técnica (*)	18.381	23.740	-
Atualização monetária sobre depósitos judiciais	6.407	13.498	13.433
Recuperação de encargos e despesas (*)	443	884	2.433
Reversão de provisões operacionais	3.089	4.178	1.648
Atualização monetária de impostos e contribuições a compensar	3	6	16
Outras receitas	381	394	28
Total Geral	28.704	42.700	17.558

(*) Os valores referem-se a reversão da provisão de serviços de preço de transferência junto ao The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - New York.

d. Composição de outras despesas operacionais:

2º Semestre		Exercício	
2017	2017	2016	2016
Provisão para riscos fiscais	2.886	6.656	7.538
Provisão para passivos trabalhistas	-	3.443	8.946
Provisão para outros passivos contingentes	1.131	2.569	1.795
Reversão de receita de preço de transferência	-	1.324	-
Outras despesas	129	501	500
Total Geral	4.146	14.493	18.779

e. Composição de receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias: Essa rubrica é composta pelos valores de todas as tarifas e comissões acumuladas em favor do Banco no exercício, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

2º Semestre		Exercício	
2017	2017	2016	2016
Receitas e comissões e prestação de serviços	13.325	25.170	29.336
Garantias prestadas	3.461	6.769	5.821
Rendas de outros serviços	916	1.199	398
Tarifas bancárias	515	1.076	1.150
Taxa de administração	90	225	279
Cobrança	40	80	128
Total Geral	18.347	34.519	37.112

2º Semestre

2º Semestre		Exercício	
2017	2017	2016	2016
1.289	2.545	2.853	
1.245	2.345	2.141	
1.215	2.330	2.367	
950	1.842	1.833	
396	779	791	
161	320	447	
2.371	4.621	4.700	
31.538	67.199	66.861	

2º Semestre

2º Semestre		Exercício	
2017	2017	2016	2016
18.381	23.740	-	
6.407	13.498	13.433	
443	884	2.433	
3.089	4.178	1.648	
3	6	16	
381	394	28	
28.704	42.700	17.558	

2º Semestre

2º Semestre		Exercício	
2017	2017	2016	2016
2.886	6.656	7.538	
-	3.443	8.946	
1.131	2.569	1.795	
-	1.324	-	
129	501	500	
4.146	14.493	18.779	

2º Semestre

2º Semestre		Exercício	
2017	2017	2016	2016
13.325	25.170	29.336	
3.461	6.769	5.821	
916	1.199	398	
515	1.076	1.150	
90	225	279	
40	80	128	
18.347	34.519	37.112	

f. Gerenciamento de Risco: A descrição da estrutura relacionada ao gerenciamento de riscos do Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A encontra-se disponível no endereço eletrônico www.br.bk.mufug.jp. • **Risco de Crédito:** Em atendimento à Resolução nº 3.721 de 30 de abril de 2009 do Conselho Monetário Nacional, o Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A instituiu a Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito para o monitoramento e controle dos riscos de crédito bem como o cumprimento à política de crédito. • **Risco de Mercado:** Em atendimento à Resolução nº 3.464 de 26 de junho de 2007 do Conselho Monetário Nacional, o Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A possui uma Estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado para identificação, mensuração, avaliação, monitoramento e controle dos riscos de mercado assumidos pelo Banco. • **Risco de Liquidez:** Em atendimento à Resolução nº 4.090 de 24 de maio de 2012 do Conselho Monetário Nacional, o Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A possui uma Estrutura de Gerenciamento de Risco de Liquidez para identificação, mensuração, avaliação, monitoramento e controle dos riscos de liquidez assumidos pelo Banco. • **Risco Operacional:** Em atendimento à Resolução nº 3.380 de 29 de junho de 2006 do Conselho Monetário Nacional, o Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A implantou uma Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional, e adota como metodologia a "Abordagem do Indicador Básico" para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido referente ao Risco Operacional, conforme Circular do Banco Central do Brasil nº 3.640 de 4 de março de 2013. • **Estrutura de Gerenciamento de Risco de Capital:** Em atendimento à Resolução nº 3.988 de 30 de junho de 2011 do Conselho Monetário Nacional, o Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A instituiu a Política de Gerenciamento de Capital, os processos, os procedimentos e sistemas necessários para a implementação dessa estrutura que são revisados anualmente. Note-se que a partir de fevereiro de 2018 todas as resoluções referentes ao Gerenciamento de Risco e Capital serão revogadas valendo assim a Resolução nº 4.557 de 23 de fevereiro de 2017 do Conselho Monetário Nacional. • **Razão da Alavancagem (RA):** Em atendimento a Circular do Banco Central do Brasil nº 3.748 de 25 de fevereiro de 2015, as informações relacionadas à metodologia para apuração da Razão da Alavancagem (RA) encontram-se disponível no endereço eletrônico www.br.bk.mufug.jp.

25. Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alguns pronunciamentos contábeis, suas interpretações e orientações, os quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram: - Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor recuperável de ativos (CPC 01 R1); - Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do fluxo de caixa (CPC 03 R2); - Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre partes relacionadas (CPC 05 R1); - Resolução nº 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (CPC 25); - Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente (CPC 24); - Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em ações (CPC 10 R1); - Resolução nº 4.007/11 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (CPC 23); - Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento conceitual básico (R1) e - Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a empregados (CPC 33 R1).

A DIRETORIA

CONTADORA: Iracema Chou Ma - CRC 1SP319654/O-0

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Em conformidade com suas atribuições, compete ao Comitê de Auditoria do Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A, zelar pela qualidade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela independência e qualidade dos trabalhos da auditoria independente e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos. No decorrer do período foram realizadas reuniões de trabalho na qual estiveram presentes, além dos membros do Comitê de Auditoria, representantes da Auditoria Interna, da Auditoria

Independente e de outras áreas. Destacamos como principais, os seguintes tratados: • Revisão das demonstrações financeiras do 2º semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2017; • Avaliação da atuação e qualidade dos trabalhos das Auditorias Independente e Interna; • Avaliação do cumprimento das recomendações feitas pelos Auditores Independentes e Internos; e • Acompanhamento da gestão de riscos e assuntos de Compliance. O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações realizadas, baseadas nas informações recebidas da Administração e das Auditorias Interna e Independente,

concluiu que os trabalhos desenvolvidos são eficazes e conferem transparência e qualidade às demonstrações financeiras do Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A.

São Paulo, 7 de março de 2018

Comitê de Auditoria

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e à Administração do Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A São Paulo - SP

Opinião Examinamos as demonstrações financeiras do Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado,

concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinar como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

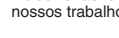
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração e os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de março de 2018



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3